

**AS CONTRIBUIÇÕES DO CADERNO DE ACOMPANHAMENTO DO AEE NAS
SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS:
EXPERIENCIA NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE-PB.**

Verônica Marques da Silva Barbosa¹

PMCG/PB

profveronicam@gmail.com

Marcia Batista de Almeida²

UVA/UNAVIDA

marcinha.btista@hotmail.com

RESUMO

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, que é garantido o direito à Educação e em 2008, vem sendo legitimado a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que traz a implantação das salas de recursos multifuncionais e a oferta do atendimento educacional especializado-AEE, norteado pelo decreto 6.571/2008, regulamentado pelo Decreto 6.711/2011, que dispõem sobre o atendimento educacional especializado e outras providencias, norteia e direciona critérios para o AEE, legitimado pela resolução nº 09 de 2009, que também dar orientações sobre a dinâmica de funcionamento da oferta do AEE, que acontece nas salas de recursos multifuncionais, no Brasil. Neste sentido esta pesquisa apresentar a gênese do Caderno de Acompanhamento-Programa Salas de Recursos Multifuncionais-Atendimento Educacional Especializado, bem como, as contribuições deste, na atuação dos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais. A experiência apresentada, no sistema municipal de Ensino de Campina Grande –PB.

Palavras-chaves: Educação Especial. Caderno de acompanhamento. Contribuições.

1. INTRODUÇÃO

Atendendo a política implementada pelo Ministério da Educação foi criada à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, que inclui o Programa de Implantação de Salas de Multifuncionais, legitimando a implantação da política de educação inclusiva e normatiza que as pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e alta habilidades/superdotação, devem ter direito a “estar” nos espaços escolares.

¹ Pedagoga e professora de Letras/Libras (UVA/UFPB). Especialista em Psicopedagogia; AEE e Inclusão escolar. Prof.^a Educação Básica da Rede Municipal de Campina Grande.

² Mestre em Ciências da Educação (Universidade Lusófona); Licenciada e graduada em Psicologia Educacional e Organizacional (UEPB); Especialista em Psicopedagogia (UEPB); Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas (Faculdade Nossa senhora de Lourdes) e Gestão Escolar. Professora do Curso de Pedagogia da UVA/UNAVIDA Psicóloga da PMCG/PB.

Nesse sentido, o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, do Ministério da Educação visa apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, regulamentado, por meio do Decreto nº 6571 de 17/09/2008, que deve ser prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes demanda do AEE, matriculados em classes comuns do ensino regular. O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais disponibiliza equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE.

A escolarização dos alunos com necessidades especiais requer ações especializadas da escola, simultâneas ao emprego de alternativas e de procedimentos pedagógicos variados que permeiam os diversos modos de organização do sistema educacional. No entanto, a prática escolar na área de educação especial requer um currículo flexível, adaptado para atender as necessidades educacionais dos seus alunos, para que os mesmos alcancem a progressão escolar. Dessa forma, as atividades devem ser planejadas e os docentes que atuam nessas salas devem refletir cotidianamente sua prática com vistas a responder à diversidade existente nas salas de aula.

Neste contexto, a Secretaria de Educação do município de Campina Grande/PB, por meio da Coordenação de Educação Especial implantou no ano de 2016 a proposta do caderno de acompanhamento do atendimento educacional especializado (AEE), com o intuito de acompanhar a atuação docente dos professores no âmbito das salas de recursos multifuncionais.

Dessa forma, o presente artigo tem como principal objetivo apresentar a gênese do caderno de acompanhamento-Programa Sala de Recursos Multifuncionais-Atendimento Educacional especializado e quais estão sendo suas contribuições para atuação docente, na Sala de Recursos Multifuncionais.

Em relação aos procedimentos metodológicos, Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, com a finalidade de integrar conhecimentos teóricos e práticos acerca da educação Inclusiva no Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande/PB, na qual a pesquisadora encontra-se totalmente implicada com o campo de pesquisa, já que atua profissionalmente na equipe da Educação Inclusiva do município em questão e julgou pertinente apresentar a experiência vivenciada com o acompanhamento pedagógico do AEE.

Sendo assim, a presente pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa apresentamos um relato do surgimento da ideia de elaboração de um instrumento que sistematizasse a atuação do professor da sala de recursos multifuncionais e Através destas descrição da trajetória da elaboração de um instrumento que registrasse e sistematizasse a atuação docente. Nesse sentido, foi possível constatar que o Sistema Municipal de Ensino de

Campina Grande, vem trabalhando numa perspectiva inclusiva, oferecendo um atendimento especializado aos alunos especiais nas Unidades Educacionais sistematizado. Numa segunda etapa da pesquisa aplicamos um questionário com as professoras das salas de recursos multifuncionais questionando sobre as contribuições do Caderno de Acompanhamento-Programa Sala de Recursos Multifuncionais-Atendimento Educacional Especializado-AEE na atuação docente no cotidiano do atendimento educacional especializado, realizado nas salas de recursos multifuncionais.

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) são espaços físicos dotados de mobiliários, recursos didáticos, pedagógicos e de acessibilidade, onde acontece o Atendimento Educacional Especializado- AEE, o principal objetivo da SRMF é incluir os estudantes na sala regular, a partir do uso de recursos adaptados e/ou confeccionados de acordo com as necessidades individuais dos alunos mencionados. A portaria nº 13 de 24 de abril de 2007 legaliza a implantação das SRMF. Nas últimas décadas, o governo federal tem investido maciçamente em políticas referentes à Educação Especial Inclusiva, com capacitações e formações continuadas para os profissionais da educação. Além de já viabilizar a implantação das SRMF com o AEE. Ações estas solidificadas pelo Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, regulamentado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de setembro de 2011 que dispõe sobre o AEE, como declara o seu art. 1º:

A união prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (BRASIL, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado, é o serviço ofertado pelas SRMF. Esse atendimento, perpassa todas as etapas e modalidades da educação básica e do ensino superior constitui-se oferta obrigatória dos sistemas de ensino, embora participar do AEE seja uma decisão do aluno (a) e/ou pais/responsáveis. E é um serviço da Educação Especial que “(...) identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008 p. 26). O AEE é realizado no período inverso ao do ensino comum e, preferencialmente, na própria escola, podendo ser disponibilizado em Salas de Recursos Multifuncionais,

O AEE complementa e/ou suplementa a formação escolar, com vistas à autonomia dos alunos público-alvo da Educação Especial Inclusiva e não poderá ser substituído pelas aulas nas

salas regulares. Faz parte do currículo do AEE disponibilizar o ensino de linguagens e de códigos específicos de comunicação e sinalização, oferecendo Tecnologia Assistiva (TA), adequando e produzindo materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos com N.E.E., além de oportunizar o enriquecimento curricular para alunos com altas habilidades. O AEE deve se articular com a proposta da escola comum, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula do ensino regular e deve ser realizado mediante a atuação de professores com formação na área específica em Atendimento Educacional Especializado.

A escola regular orientada para a educação inclusiva é o meio mais eficaz no combate as atitudes discriminatórias propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, Apud CARDOSO, 2003, P. 09). Mediante ações que possibilitem a inclusão do aluno público alvo da educação especial, é importante destacar que os perfis dos alunos atendidos nas salas de recursos multifuncionais conforme definições do MEC/SECADI e de acordo com a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), seu público-alvo são alunos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento superdotados e altas habilidades.

2. RELATO DE EXPERIÊNCIA: O CADERNO DE ACOMPANHAMENTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-GÊNESES E CONTRIBUIÇÕES

Neste relato de experiência, apresentaremos a gênese do Caderno de Acompanhamento-Programa Sala de Recursos Multifuncionais-Atendimento Educacional Especializado-AEE, e suas contribuições. A equipe pedagógica elaborou e implementou esse caderno em 2011, por insistência desta pesquisadora, que passou a atuar na coordenação da Educação Inclusiva, no município de Lagoa Seca-PB,(2010-2013)e que atuando muitos anos na SRMF sempre se inquietou com a necessidade de um melhor acompanhamento da prática pedagógica do professor do AEE. Sendo assim, a implementação do caderno de acompanhamento surgiu de questionamentos como: de que forma os professores do AEE registra seus atendimentos? Como sistematizar a dinâmica do atendimento? De que maneira a comunidade escolar (gestão escolar, professores da sala regular e equipe multiprofissional) acompanharia o desenvolvimento, pedagógico desses alunos?

Partindo desses questionamentos, iniciou um trabalho de levantamento de informações para o processo de sistematização e constituição do caderno já idealizado por esta pesquisadora

que anteriormente foi elaborado uma ficha de acolhimento com: Cópia do registro de nascimento; Avaliação médica do (a) aluno (a); Encaminhamento do (a) professor (a) da sala regular devidamente assinado; Relatório inicial; e relatório final e Registro datado de todos os atendimentos especializados, realizados com o (a) aluno (a). Ficha que passou a ser utilizado, de forma informal nas salas de AEE.

E em 2014, a proposta do caderno foi apresentada oficialmente a Coordenadora de educação Especial de da Secretaria de Municipal de Educação de Campina Grande-SEDUC-CG, que acatando a ideia expôs para a Diretora Pedagógica, que posteriormente apresentou a Coordenadora da Educação, este após apreciação linguística de um profissional da área e eventuais correções da própria SEDUC-CG. Após realizadas todas as orientações solicitadas de revisão, foi apresentada a Secretaria de educação que após apreciação acolheu a proposta. Em 2016 o caderno foi entregue a todas as professoras que atuam nas salas de recursos multifuncionais do município, por meio de e mail, orientado pela Coordenação da Educação Especial, como uso na modalidade” PILOTO”, para que no final daquele ano, as próprias professoras colocassem o que havia a necessidade de acrescentar e/ou suprimir. No entanto, poucas modificações foram feitas no decorrer do ano de 2010 a 2016, permanecendo os requisitos iniciais que contemplavam a necessidade do suporte na dinâmica de sistematização da atuação do professor do AEE.

A ideia inicial do caderno, foi acrescentada a avaliação diagnóstica I e II, relatório intermediário e registros gerais, considerado essenciais pelos professores ouvidos durante o processo de construção do mesmo. O caderno foi finalizado com 24(vinte e quatro) páginas e as seguintes orientações de utilização: I-Ficha de acolhimento; II- ; Encaminhamento do (a) professor (a) da sala regular devidamente assinado ;III-Descrição do caso do aluno; IV Avaliação diagnóstica I (leitura e escrita); V Relatório inicial considerando os aspectos: psicológicos, social, afetivo, motor e cognitivo ;VI- Plano de Atendimento Educacional Especializado; VII-relatório intermediário considerando os aspectos: psicológicos, social, afetivo, motor e cognitivo; VIII- Avaliação diagnóstica II (leitura e escrita);IX- relatório final considerando os aspectos: psicológicos, social, afetivo, motor e cognitivo; X-observações gerais; XI-registros de todos os atendimentos realizados com o aluno(a).

E no início de 2017, foram impressos 900 (novecentos) exemplares, e entregue em março do mesmo ano, as professoras que atuam nas salas de recursos multifuncionais, caderno estes, financiado pela Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande-PB, para atender a demanda de aluno público alvo atendido AEE, na condição de um instrumento oficial, que faz parte de suporte da atuação do professor da sala de recursos multifuncionais e visa acompanhar o

acesso, permanência, aprendizagem e progressão do aluno, público das salas de recursos multifuncionais.

Realizamos uma pesquisa de campo, que teve como sujeitos 25 (vinte e cinco) professoras das Salas de Recursos, de um universo composto por 50(cinquenta) professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais do município de Campina Grande. Com o objetivo de explorar as percepções das professoras sobre a utilização e importância do caderno de acompanhamento do AEE, fizemos a seguinte indagação a essas professoras: *"Quais são as contribuições que o caderno de acompanhamento do AEE traz para sua atuação docente, na Sala de Recursos Multifuncionais?"*

Em respostas ao questionamento, todas as professoras relataram uma resposta satisfatória ao uso deste instrumento de acompanhamento, já que para essas professoras o caderno de acompanhamento tornou-se um instrumento facilitador da prática pedagógica, bem como um caminho para articular o AEE ao ensino regular, pois os demais professores das salas regulares podem se utilizar destes para desenvolvem seu trabalho com os alunos especiais. Segue-se a fala de algumas professoras:

Professora 1: Antes do caderno de acompanhamento eu já registrava os atendimentos realizados com os alunos na sala de recursos multifuncionais, só que era um registro particular, me auxiliava na escrita dos relatórios, mas ainda era informal. O caderno de acompanhamento é sistematizado, tem um valor documental, segue um padrão em nível de abrangência municipal, e consegue reunir em um único documento, todos os dados importantes do aluno e do acompanhamento realizado com ele na sala de recursos multifuncionais, ao longo de um ano. Toda essa sistematização colabora significativamente para minha prática, pois temos registrado todas as ações pensadas e realizadas com o aluno em um só instrumento, dados pessoais, encaminhamento, avaliações diagnósticas, um breve estudo de cada caso, relatórios, plano de atendimento individual, registros de cada atendimento e observações bimestrais. Tudo isso disponível em forma de registros escritos, para serem consultados sempre que necessário, além de documentarem minha prática cotidiana

Professora 2: O caderno de acompanhamento é muito bom e necessário para acompanharmos a evolução dos nossos alunos. Mas ressaltando algumas observações que eu percebi, tem algumas informações que no preenchimento dos dados pessoais que alguns pais não conseguem responder. Fora isso, não vejo problemas em realizar os registros diários necessários.

Professora 3: O caderno de acompanhamento do AEE nos possibilita agrupar em um único documento inúmeros dados sobre o aluno que atendemos, promovendo assim, uma sistemática tanto para os profissionais envolvidos quanto para àqueles que necessitem obter informações sobre a vida educacional dos mesmos. Nele encontramos desde os dados pessoais contidas na ficha do acolhimento, quanto a descrição do caso, plano de atendimento, relatórios, avaliações diagnósticas, observações gerais e as atividades desenvolvidas; ou seja, nos possibilita visualizar de forma geral o transcorrer do atendimento.

Portanto, o caderno de acompanhamento é extramente válido para a organização e empoderamento desse serviço, e os registros contidos neles validam o nosso trabalho a nível documental.

Professor 4: O Caderno de Acompanhamento do Programa Sala de Recursos Multifuncionais é de fundamental importância para a minha prática docente como professora do Atendimento Educacional Especializado – AEE por se tratar do registro pessoal e individual mais completo e detalhado da vida escolar do aluno público alvo da educação inclusiva, ou seja, alunos com deficiência, altas habilidades/ superdotação e TEA (Transtornos do Espectro Autista). Por ser individualizado, cada caderno é preenchido pelo professor da Sala de Recursos com dados pessoais, documentos, laudo médico, encaminhamento do professor da sala regular, diagnósticos inicial e final de leitura e escrita do ano letivo correspondente, três extensos relatórios contemplando aspectos psicológicos, sociais, afetivos, motor e cognitivo, além do Plano Individual do aluno, e o registro diário do atendimento e frequência. Daí a importância deste caderno para nossa prática docente.

Professora 5: Os cadernos de acompanhamento do AEE contribuem para o registro e sistematização individual dos alunos atendidos pela sala de Recursos Multifuncionais. É um instrumento necessário para elaboração e reelaboração dos planos de ação de atendimento ao aluno com deficiência. Entende-se, portanto, que através deles, é possível acompanhar as atividades executadas por cada um, nos atendimentos semanais. Em tempo, se faz necessário elencar algumas considerações que ao meu ver são importantes: não acho necessários três relatórios anual, creio que dois semestrais são suficientes para expressar o desenvolvimento dos alunos, na capa um espaço para registro do nome, ficaria mais organizado, porque registramos no alto da capa, sem um lugar específico.

Professora 6: As contribuições para minha atuação são a organização do plano de aula, acompanhamento de cada caso e os resultados.

Professora 7: O caderno é bom, porém acredito que podemos fazer alguns ajustes. Temos descrição do caso e três relatórios. Podemos simplificar e também a quantidade de diários, centralizar em um único diário. No entanto por meio deste relato de experiência apresentamos a trajetória do Caderno de Acompanhamento-Programa Sala de Recursos Multifuncionais-Atendimento Educacional Especializado-AEE da sua gênese até os dias atuais, E relatamos as contribuições deste instrumento, perguntando as professoras de salas de recursos multifuncionais. E nesta oportunidade apresentamos um relato de experiência exitosa no Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande-PB”.

Professora 8: De forma objetiva respondo que o caderno é para mim como uma bússola do aluno, replanejo toda vez que releio o caderno, ele me ajuda a sistematizar as ações e a não esquecer a história de vida do meu aluno.

As professoras, participantes da pesquisa, demonstraram-se bastante satisfeitas com a utilização do caderno na sua atuação docente, evidenciando a importância do instrumento como uma bússola onde as professoras podem replanejar toda vez que releer o caderno. De acordo com as professoras, ele ajuda a sistematizar as ações e a não esquecer a história de vida do aluno.

Algumas afirmaram, ainda, que as contribuições para a atuação são a organização do plano de aula, acompanhamento de cada caso e os resultados. Também evidenciaram como positivo o instrumento necessário para elaboração e reelaboração dos planos de ação de atendimento ao aluno com deficiência. Em relação a importância para a prática docente, professoras relataram que o Atendimento Educacional Especializado – AEE por se tratar do registro pessoal e individual mais completo e detalhado da vida escolar do aluno público alvo da educação inclusiva, ou seja, alunos com deficiência, altas habilidades/ superdotação e TEA (Transtornos do Espectro Autista).

Os professores acreditam que esses instrumentais, ampliam o seu conhecimento, contribui para a sua autonomia, e ao mesmo tempo, para a autonomia dos próprios estudantes valorizando suas potencialidades de aprendizagem e de interação social, conduzindo, em última instância, a um discurso que clama pela valorização da prática docente para que esta possa responder a uma gama de necessidades dos educandos com e sem necessidades educacionais especiais (NEES).

É importante destacar, de acordo com as diretrizes da educação especial (BRASIL, 2008), que para a implantação de uma proposta inclusiva na escola, é necessário garantir a sala de recursos multifuncional, a matrícula do educando com NEES no AEE, o plano do AEE, o professor para o exercício da docência do AEE, profissionais da educação (tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete) e outros profissionais que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção, a saber, o cuidador. Nesta perspectiva todos os instrumentos que viabilizem o planejamento e acompanhamento das ações do professor e desenvolvimento dos alunos traz contribuições significativas para inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular.

A escola necessita garantir ao professor de AEE o desempenho dessas funções. É comum, observarmos na escola somente o professor de AEE atentando para a inclusão do educando com NEES na escola e desenvolvendo atividades para possibilitar seu aprendizado. É importante saber, que as atividades próprias do AEE dizem respeito:

Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores (NOTA TÉCNICA, 2010, s/p).

As atividades próprias do AEE que o documento se refere demonstra a necessidade da escola, de fato, assumir a inclusão como uma proposta de trabalho coletivo, uma vez que, reconhecemos a inviabilidade de somente um profissional atuando sozinho na sala de AEE, dar conta de todas as especificidades desse serviço. Portanto, instrumentos como o caderno de acompanhamento do AEE contribui significativamente para sistematização das atividades de atendimento ao aluno especial em todo Sistema Municipal de Ensino, bem como mantém a comunidade escolar, técnicos da SEDUC e demais professores das salas regulares, informados sobre as ações e o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais atendidos por todas as Unidades Escolares (escolas e creches).

Através de diversos documentos que orientam o funcionamento do AEE, pode-se constatar que é papel do professor que atua na Sala de Recursos Multifuncional elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as especificidades e particularidades de cada um de seus alunos, complementando ou suplementando conteúdo específicos do ensino regular conforme a necessidade de cada aluno atendido. Este trabalho, no entanto, não deve ser solitário do professor da SEM, mas em conjunto com os professores das salas regulares frequentadas pelos alunos, bem como pedagogo, família e demais setores ou instituições envolvidas no processo social e educacional desse aluno. É de fundamental importância que o professor conheça o aluno, suas limitações, suas potencialidades, suas necessidades e suas particularidades, evitando sempre generalizações e comparações com outros alunos.

Para que este conhecimento realmente ocorra e se efetive é necessário que seja elaborado um estudo de caso individual de cada aluno atendido pelo professor, o qual irá contribuir para o desenvolvimento do seu trabalho na construção do conhecimento com esse aluno, pois irá valorizar suas particularidades através de metodologias específicas e próprias aplicadas a ele. O caderno de acompanhamento do AEE vem contribuir nessas práticas. Assegurando, ainda um acompanhamento da equipe pedagógica da escola e da gestão do Plano do Atendimento Educacional Especializado (inclusive no caderno) que é primordial para que cada aluno atendido possa desenvolver seus aspectos intelectuais, cognitivos e sociais, uma vez que neste plano devem estar contemplados aspectos como os objetivos, as metas e as estratégias que serão utilizadas para que o desenvolvimento deste aluno seja garantido e seu sucesso no processo ensino aprendizagem seja contemplado.

Nesse sentido, o caderno é um instrumento que traz informações importantes como, dados de identificação, diagnóstico inicial destacando suas barreiras e dificuldades também fazem parte deste roteiro por serem fundamentais no estabelecimento do vínculo entre o

professor e o aluno, devendo ainda ser acrescentadas informações sobre a escola que o aluno frequenta, como adaptações e materiais didáticos utilizados. Por fim, a articulação entre o professor de AEE e o professor da sala regular deve ocorrer para garantir o sucesso das atividades com o aluno atendido.

Destaca-se ainda a importância da formação continuada mensal existente para os professores que atuam no AEE, fazendo com que o trabalho melhore e os alunos sejam melhor atendidos, através da formação continuada e sobretudo através de planejamentos e instrumentos que contribuam para um melhor acompanhamento do trabalho pedagógico desenvolvido nas Sala de Recursos Multifuncionais no Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que as professoras consideram que o caderno de AEE, vem contribuir significativamente nos atendimentos nas salas de recursos multifuncionais. As professoras, participantes da pesquisa evidenciaram que o caderno de acompanhamento do AEE possibilita agrupar em um único documento inúmeros dados sobre o aluno que atendemos, promovendo assim, uma sistemática tanto para os profissionais envolvidos quanto para àqueles que necessitem obter informações sobre a vida educacional dos mesmos.

Neste contexto a Secretaria Municipal de Educação, por meio da Coordenação da Educação Especial fica na articulação de orientação de uso e monitora os atendimentos através de visitas periódicas para verificar a sistematização do atendimento e a atualização anual dos registros dos atendimentos especializados no caderno de acordo com a demanda. Também, é responsável pela impressão e distribuição para todas as salas, sempre suprindo as novas demandas de matrícula de alunos, público alvo da educação especial. Portanto, mediante realidade vivenciada, percebemos que o caderno de acompanhamento é extremamente válido para a organização e empoderamento desse serviço e os registros contidos neles validam o trabalho do professor de sala de recursos a nível documental. Toda essa sistematização colabora significativamente na prática docente do professor que atua nas salas de recursos multifuncionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: revista da educação especial, V.4 n° 1, janeiro/junho2008. Brasília; MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto presidencial nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: setembro de 2017.

BRASIL. Decreto n 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.** Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto6571_08.pdf. Acesso em setembro de 2017.

BRASIL. Decreto n 7.611, de 17 de setembro de 2011. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.** Brasília, DF: MEC, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em setembro de 2017.

MAZZOTTA, M. J. Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 2005

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios/**, Maria Teresa Eglér Mantoan, Maria Terezinha Teixeira dos Santos.- ed.-São Paulo: Moderna,2010.- (Cotidiano escolar:ação docente).